



Observatório
SOCIAL DO BRASIL

JUNDIAÍ | SP

7º Relatório Quadrimestral

Observatório Social do Brasil – Jundiaí/SP

Prestação de contas referente as atividades realizadas no período de maio a agosto de 2019

7º Relatório Quadrimestral

Observatório Social do Brasil – Jundiaí/SP

Observatório Social do Brasil – Jundiaí/SP (OSBJundiaí) é uma associação sem fins lucrativos, filiado à rede de controle social chamada **Observatório Social do Brasil** (OSB), e que é mantido e operado pela sociedade civil.

Foi instituído no município de Jundiaí em 2015, através da união de esforços de um grupo de entidades locais, entre elas a **ADEJ** – Agência de Desenvolvimento, que viu a importância da criação de um espaço para exercício da cidadania cuja atuação de forma democrática e apartidária pudesse contribuir para melhoria da gestão pública municipal.

Sendo assim, o OSBJundiaí tem como missão despertar o espírito da cidadania fiscal a fim de exercer o **controle social** para diminuição da corrupção e má gestão, atuando nos eixos **Gestão Pública (pg. 2)**, **Educação Fiscal e Cidadã (pg. 12)**, e **Transparência (pg. 13)**.

Neste relatório você conhecerá um pouco das atividades realizadas pela nossa equipe nos meses de maio a agosto de 2019.

E afinal o que é o **controle social**?

O controle social é entendido como a atuação dos cidadãos no acompanhamento e fiscalização dos atos da Administração Pública, com o objetivo de garantir a máxima eficiência na aplicação do nosso dinheiro, resultando em obras e serviços de qualidade para a população.

Gestão Pública

DE OLHO NA MERENDA

O projeto De Olho na Merenda desenvolvido pelo Observatório Social do Brasil, com orientação da Corregedoria Geral da União (CGU), tem como objetivo fazer o controle social do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) através do acompanhamento das licitações, da entrega, armazenamento, preparo dos alimentos, condições de higiene nas escolas com visitas presenciais, além de acompanhar das atividades do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

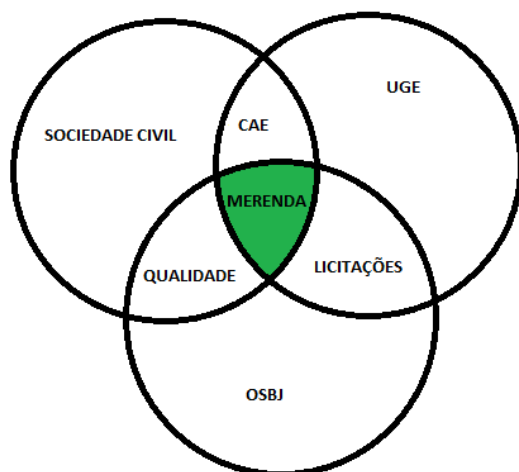
Início em Jundiaí: A estruturação deste projeto começou em novembro de 2017, quando se iniciou o diálogo com a Prefeitura do Município de Jundiaí a fim de retomar o convênio de estágio entre alunos de nutrição de universidades da cidade e quando as visitas do CAE passaram a ser acompanhada por nossos voluntários. Embora a retomada de convênio de estágio não tenha sido realizada, o acompanhamento da atuação do Conselho se firmou.

Neste ultimo quadrimestre, formou-se um grupo de voluntários e diversos pedidos de informação via Lei de Acesso a Informação (LAI) foram solicitados ao órgão público. Com base nos dados fornecidos pretende-se criar um Diagnóstico da Merenda Escolar do município, tendo como norteador a Cartilha para Conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, elaborada pelo Tribunal de Contas da União.

O PNAE é um dos maiores e mais abrangentes programas de alimentação escolar do mundo, além de suprir as necessidades básicas de alimentação, é um:

- programa abrangente que envolve as três esferas de governo (Federal, Estadual, Municipal),
- possibilita a apropriação de conhecimentos sobre alimentação estendendo para a comunidade,
- procura reconhecer o hábito alimentar, tradição e vocação agrícola da região,
- estimula a participação social aprimorando o controle social,
- valoriza o acesso aos produtos da agricultura familiar, sendo um fator de desenvolvimento local,
- incentiva a compra de produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade e
- é universal para os alunos da rede pública.

Sendo assim, percebe-se que é um programa completo, importante e que envolve diversas áreas e diversos atores. Para esse primeiro diagnóstico os tópicos foram divididos em três áreas:



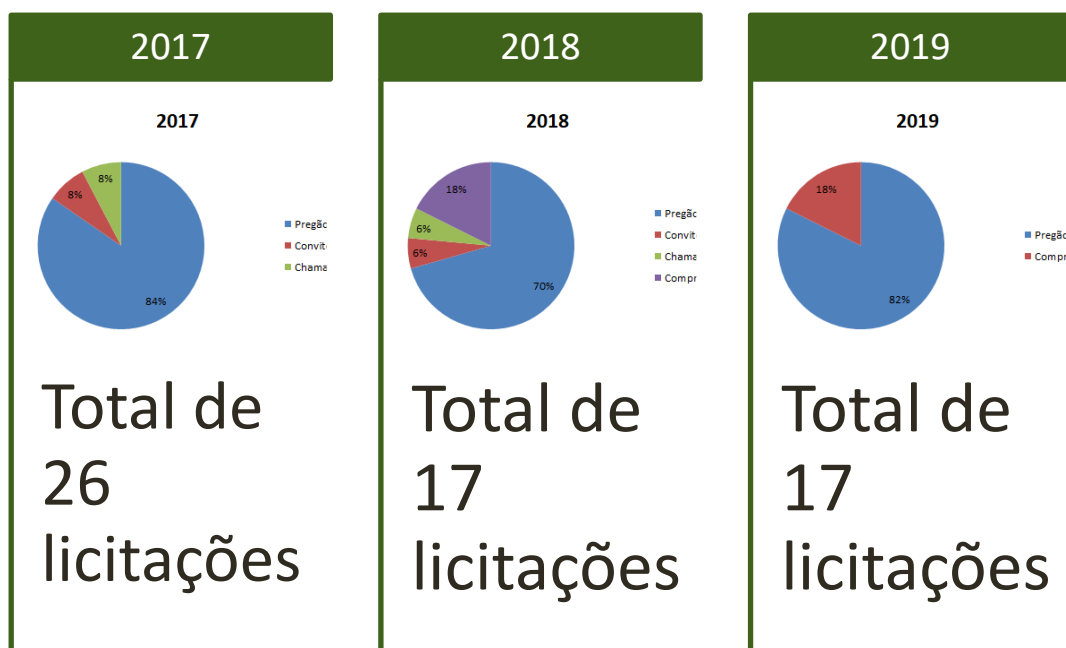
- 1) Licitações: no qual serão analisadas todas as licitações de produtos alimentícios solicitada pela Unidade de Gestão da Educação (UGE).
- 2) CAE: acompanhamento das atividades do Conselho, instância já regulamentada pelo município, onde atuam a sociedade civil e membros da gestão pública.
- 3) Qualidade: uma análise dos dados fornecidos pela gestão pública em conjunto com os voluntários do OSBJ e a sociedade civil.

Neste quadrimestre foram levantados dados que ainda serão analisados. Neste presente relatório serão apresentadas algumas informações preliminares do diagnóstico para cada eixo.

LICITAÇÕES:

Para cada uma das 60 licitações de aquisição de produtos alimentícios estão sendo analisadas: o valor de referência adotado no edital, pesquisa do valor de mercado para estes mesmos produtos e o valor vencedor.

Os gráficos do quadro 1, mostram as modalidades adotadas para os processos licitatórios e seus respectivos anos. O Pregão Eletrônico corresponde a maioria: 84% em 2017; 70% em 2018 e 82% até o momento em 2019. Porém, o que nos chamou a atenção foi a adoção da dispensa de licitação, através da Compra Direta, para aquisição de alguns produtos, 18% em 2018 e 18% para 2019.



Embora estas licitações estejam com seus valores dentro dos respectivos limites para a modalidade, ao optar pela dispensa:

- 1) há possibilidade de dificultar a ampla concorrência, uma vez que a modalidade não possui tempo mínimo de divulgação do edital.
- 2) há possibilidade de comprar produtos com pouca economia, pois como há um limite do valor total, conseqüentemente a quantidade de produtos a serem adquiridos será menor. E há uma regra no mercado que os preços variam conforme a quantidade contratada, quanto maior a quantidade menor o preço.

Além disso, verificou-se que para alguns produtos o valor vencedor foi acima do valor de referência.

*A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FOI OFICIADA PARA ESCLARECER
SOBRE A ESCOLHA DA MODALIDADE E TAMBÉM SOBRE A
ESCOLHA DO PRODUTO SEM RESPEITAR O VALOR DE
REFERÊNCIA*

**O ofício foi encaminhado no início de setembro e por isso ainda não
temos a resposta para publicar.*

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

O CAE está atuando no município, com reuniões e visitas mensais, porém não há transparência ativa de sua atuação. Ao entrar na página do Conselho, disponível no site da Prefeitura de Jundiaí, o cidadão não consegue compreender:

- o que é o CAE, como é feita a Renovação do CAE;
- editais de chamamento e portarias da nomeação dos conselheiros;
- estatuto do Conselho;
- ata de eleição;
- as atas das reuniões e planilhas de visitas das escolas já realizadas pelo Conselho, desde o início da atual gestão de conselheiros e se possível de anos anteriores;
- dados do mandato e informações sobre os membros;
- as legislação que institui o Conselho;
- cartilhas de orientação aos Conselheiros, como as disponíveis no site do FNDE.



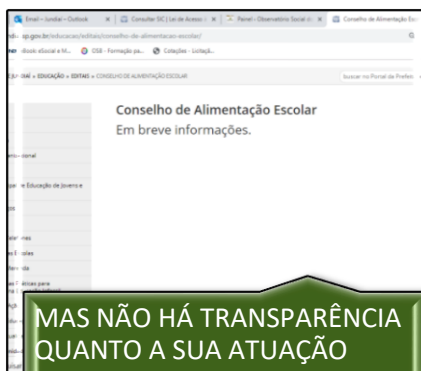
O CAE ESTÁ ATUANDO

- Foto tirada na visita realizada em Junho/19



AS ESCOLAS ESTÃO RECEBENDO VISITAS

- Foto tirada na visita realizada em Junho/19



MAS NÃO HÁ TRANSPARÊNCIA QUANTO A SUA ATUAÇÃO

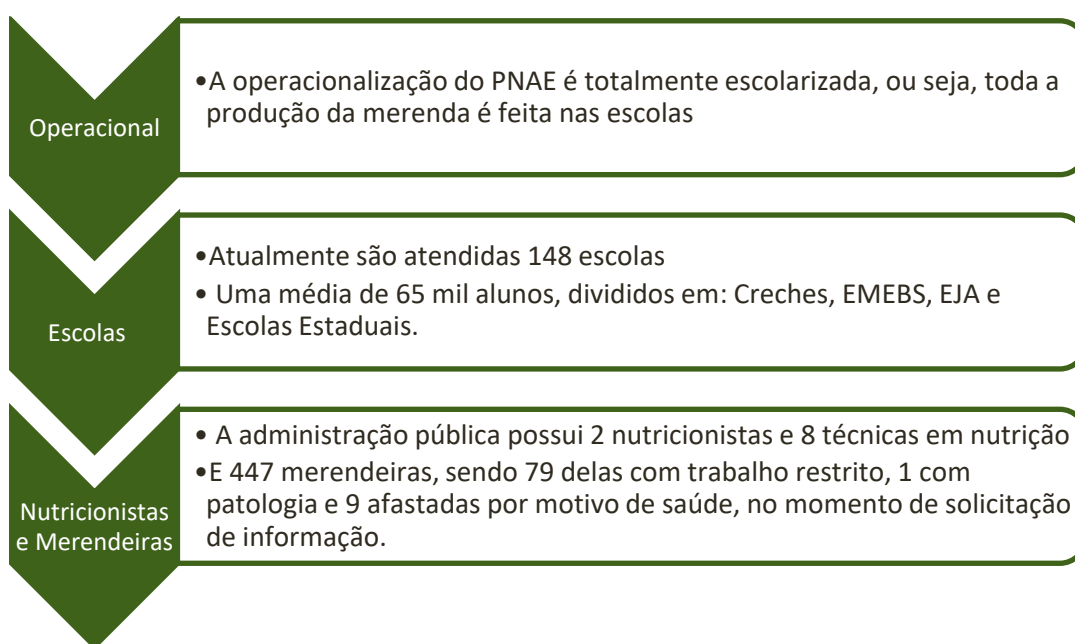
- Print da página do Conselho tirada em agosto/2019

FOI SOLICITADO E SUGERIDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A ATUALIZAÇÃO DA PÁGINA DO CONSELHO NO SITE DA PREFEITURA, COMO UMA FORMA DE FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO DO CONSELHO E TRANSPARÊNCIA ATIVA. A PMJ SE MANIFESTOU DIZENDO QUE JÁ ESTÁ ENCAMINHADO A ATUALIZAÇÃO DA PÁGINA. ESTAMOS NO AGUARDO!

QUALIDADE:

A qualidade da alimentação escolar está relacionada à presença de uma nutricionista como responsável técnico do Programa de Alimentação. Cabe a este profissional planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população e a vocação agrícola da região, acompanhando desde a aquisição, o preparo e a distribuição até o consumo das refeições pelos alunos.

Solicitamos informações referente a gestão da merenda escolar e os dados estão no quadro abaixo. No próximo relatório iremos abordar a relação de nutricionistas e merendeiras por alunos atendidos:

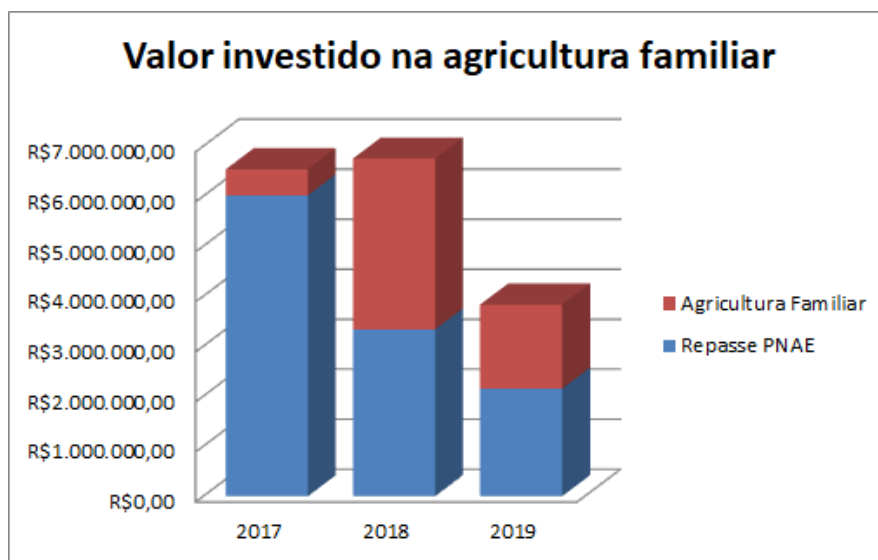


Outro fator que é pontuado na qualidade é a utilização de pelo menos 30% dos recursos financeiros do PNAE na aquisição de agricultura familiar, obrigação exigida por lei.

A aquisição de produtos de agricultores familiares locais contribui para melhorar suas condições de vida no campo, diminui o impacto negativo do cultivo de alimentos ao meio ambiente e proporciona alimentos mais frescos e saudáveis aos alunos.

O gráfico do quadro 2 demonstra que do valor total repassado para ser usado na alimentação escolar, que é em média aproximadamente R\$ 6.5

milhões/ano, em 2017 foi utilizado 8% deste recurso na agricultura familiar, em 2018 50% e em 2019 até o momento 44%. Porém, ao questionarmos a Unidade de Gestão de Educação para saber se há um mapeamento de produtores locais para averiguar como o departamento de nutrição tem trabalhado em conjunto com os agricultores e produtores locais a resposta foi negativa, o Departamento de Alimentação e Nutrição (DAN) não possui estes dados.



O projeto segue e continuamos fiscalizando!

*A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FOI OFICIALIZADA PARA
COMPROVAR OS GASTOS COM A AGRICULTURA FAMILIAR.*

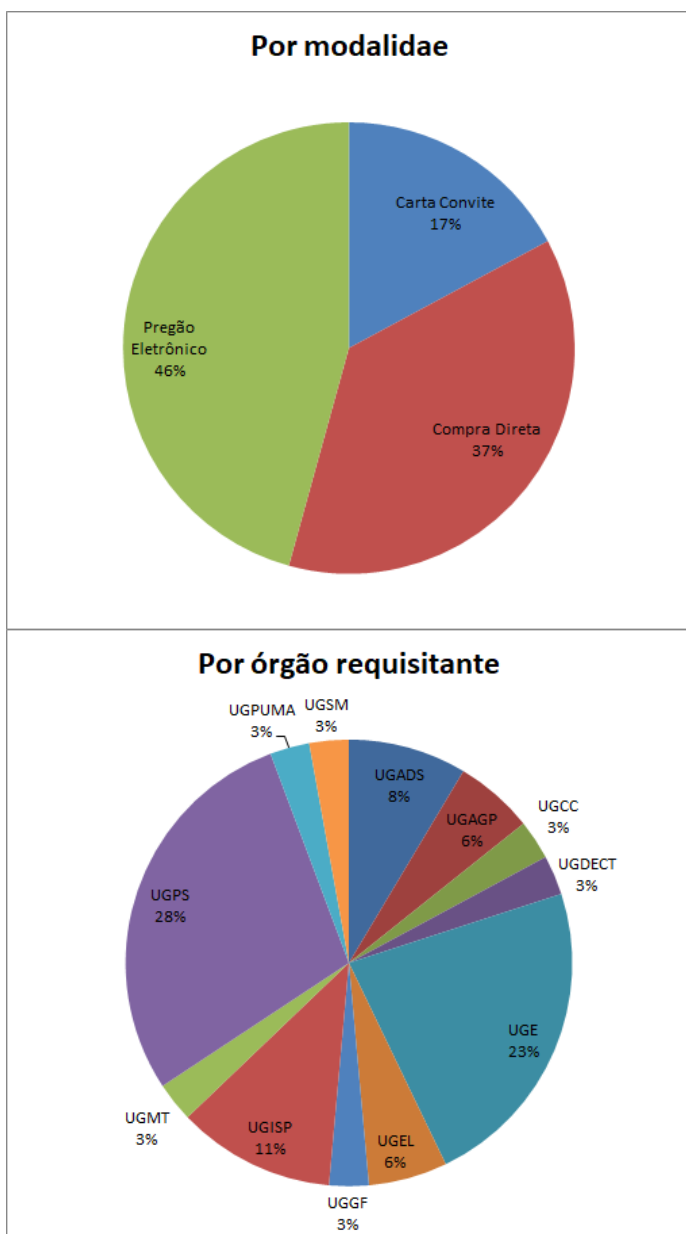
**O ofício foi encaminhado no início de setembro e por isso ainda não
temos a resposta para publicar.*

ACOMPANHAMENTO DAS LICITAÇÕES

Durante o período de maio a agosto de 2019, além da análise das 60 licitações da compra de insumos da merenda, a equipe técnica acompanhou outras 35 licitações realizadas pela Prefeitura Municipal de Jundiá (PMJ), que representam um total de aproximadamente R\$ 83 milhões.

Os gráficos abaixo demonstram as licitações divididas em modalidades e órgãos solicitantes.

O destaque fica para os pedidos de esclarecimentos referentes a três compras, o que resultou em duas Compras Diretas suspensas para averiguação, uma seguiu o procedimento de compra e a outra foi cancelada e um ofício solicitando esclarecimentos quanto ao resultado do Pregão Eletrônico, solicitado pela Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social.



Pregão Eletrônico nº 2019/119

Em nosso acompanhamento rotineiro, verificamos que para o referido edital, que tem como objeto o Acolhimento Institucional em Instituições de Longa Permanência para Idoso, a proposta vencedora estava acima do valor de referência.

Para o acolhimento de sete idosos no período de 12 meses, o edital previa gastar no máximo R\$362.206,32 (trezentos e sessenta e dois mil, duzentos e seis reais e trinta e dois centavos), porém no certame foi classificado o valor de R\$431.424,00 (quatrocentos e trinta e um mil, quatrocentos e vinte quatro reais) e por fim foi homologado e adjudicado o valor de R\$420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

*Justificativa da
Administração Pública:*

- houve um lapso na elaboração dos cálculos da estimativa inicial, pois não foram considerados no cálculo outros dois orçamentos.
- um dos valores utilizados na memória de cálculo foi o mesmo utilizado no contrato de 2014, sem a atualização dos índices inflacionários, o que resultou num valor de referência abaixo do mercado.
- Considerando os custos que um novo processo traria à Administração, tendo em vista a necessidade e urgência da prestação do serviço, já cientes que o valor de referência estava desatualizado por um equívoco e o valor ofertado pela empresa participante foi condizente com o valor praticado no mercado. Resolveu-se homologar o contrato, com o valor de R\$420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)

COMPRAS DIRETAS SUSPENSAS

Ao verificarmos os editais notamos que a requisição de determinados produtos vieram com poucas descrições do objeto, o que dificultou a nossa pesquisa de preço. Então fizemos questionamentos pelo sistema Compra Aberta, que resultou em suspensão destas compras para verificação. Destas, uma seguiu o procedimento de compra (Aquisição de Oxigênio Medicinal, nº edital: 2019/1027, com valor total de R\$ 540,00) e a outra foi cancelada (Aquisição de Câmara de ar para carrinho de mão, nº edital: 2019/1413, com valor total de R\$ 1275,00).

Educação Fiscal e Cidadã

PALESTRA VENDAS PARA O PODER PÚBLICO – DOCUMENTOS E CERTIDÕES NECESSÁRIOS

Realizado no dia 30 de julho de 2019, evento foi organizado pelo Observatório Social do Brasil – Jundiaí/SP em parceria com a Escola de Negócios da Associação Comercial e Empresarial de Jundiaí, e contou com a participação do Diretor do Departamento de Compras Governamentais da Prefeitura Municipal de Jundiaí (PMJ), Alexandre Castro Nunes e o Chefe da Sessão de Editais Felipe Augusto de Almeida Souza.

O evento teve como propósito apresentar aos empresários quais são as facilidades, garantidas por lei, para o acesso ao mercado público, principalmente quando são pequenos negócios. E que as documentações e certidões exigidas, a depender da modalidade de licitação, pode se resumir em habilitação jurídica e regularidade fiscal para venda de produtos com valores de até R\$17.600,00.

Até julho deste ano a PMJ empenhou R\$58 milhões de reais em compras e 49% deste valor foi para os fornecedores do município, como descrito no quadro abaixo. A coordenadora do OSBJ, Bruna Quirino, disse que estes eventos são importantes para trazer dados e informações como uma forma de aproximação do poder público com a sociedade civil e ela espera que os empresários locais comecem a pensar na prefeitura como um potencial cliente.

CIDADE	VALOR EMPENHADO	
JUNDIAÍ	R\$	28.917.690,58
OUTRAS CIDADES	R\$	29.846.479,25
Total Geral	R\$	58.764.169,83

Os técnicos da PMJ que estavam presentes tiraram dúvidas sobre os pagamentos realizados pelo órgão público e comentaram sobre as formas de recebimento de notificações das compras públicas. Para dar continuidade nesse assunto, dia 30 de setembro, será realizada outra palestra gratuita na Escola de Negócios da ACE e o tema abordado será a plataforma utilizada pela PMJ para aquisição de produtos e serviços: “Compra Aberta – como utilizar a plataforma.”

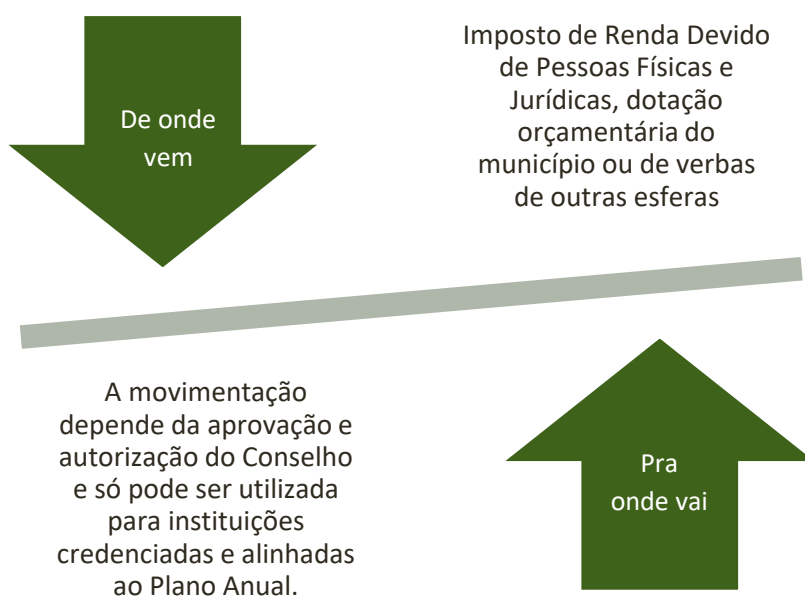
TRANSPARÊNCIA

FUMDIPI

A convite de nosso Conselheiro Consultivo, Dr. João Iotti, que é fundador e coordenador do Projeto GEDPI – Grupo de Estudos da Pessoa Idosa de Jundiaí, o Observatório Social do Brasil Jundiaí/SP, representado pela coordenadora Bruna Quirino, publicou um artigo que comenta sobre o Fundo Municipal do Direito da Pessoa Idosa.

Na tentativa de elucidar e trazer informações sobre o controle social para as políticas públicas da pessoa idosa, o artigo resume as informações sobre os recursos financeiros disponíveis neste Fundo, descrevendo de onde eles veem e para onde estão sendo destinados. Todas estas informações podem ser acessadas [no site do Conselho](#).

O Fundo tem por finalidade facilitar a captação, repasse e aplicação de dinheiro para o desenvolvimento de ações, projetos e programas destinados à população idosa da cidade, que pode ser tanto para pesquisa e estudos da situação da pessoa idosa, como também para capacitar a rede de proteção social da pessoa idosa. Está regulamentado pela Lei Municipal nº 8.129 de 20131, esta mesma lei também regula a Política Municipal para a Pessoa Idosa e o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.





3º CONGRESSO PACTO PELO BRASIL E 10º ENCONTRO NACIONAL DOS OBSERVATÓRIOS

[Congresso realizado pelo Observatório Social do Brasil](#) nos dias 25 a 28 de agosto de 2019, no Centro de Eventos Sistema FIEP, na cidade de Curitiba-PR, com a temática “Práticas Honestas na Relação Público - Privada”.

Anualmente o OSB realiza o Congresso Pacto Pelo Brasil. Um evento de projeção nacional que reúne especialistas, agentes governamentais, empresários e organizações sociais em painéis temáticos para abordar assuntos relacionados à qualidade na

aplicação dos recursos públicos, transparência e controle social. Formulando proposições para a eficiência da gestão pública e para o enfrentamento à corrupção.

Essa edição reuniu representantes de mais de 100 Observatórios Sociais, cuja rede já abrange quase 150 municípios em 17 estados brasileiros, além de inúmeras lideranças nacionais, especialistas no combate a corrupção e autoridades, sobretudo dos órgãos oficiais de controle, resultando em representação de todos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal.

Cada dia foi dedicado a um assunto. Dia 26 foi o “Dia da Gestão Pública”, dia 27 foi o “Dia da Integridade” e o dia 28 o “Dia da Tecnologia”.

PROJETO DE OLHO NA CÂMARA – METAS PARA O LEGISLATIVO

Parceria entre o Observatório Social do Brasil - Jundiaí e o Movimento Voto Consciente de Jundiaí, realizada desde julho de 2017. O projeto visa elaborar um documento colaborativo que venha apresentar soluções de comprometimento do Poder Legislativo da cidade nos âmbitos de Transparência, Gastos e Participação.

Foi lançada [uma consulta pública](#), através da plataforma EJ, para ouvir como a sociedade pode contribuir com a seguinte questão: “COMO PODEMOS MELHORAR A CÂMARA MUNICIPAL?”

Ao se cadastrar nesta plataforma, é possível sugerir ideias e também avaliar as outras já compartilhadas, com um: concordo, discordo ou pular.

Algumas das metas que já propusemos ao legislativo já saíram do papel, outras ainda estão em discussão. Mas queremos a efetiva participação da população, que podem enriquecer o debate com novas ideias e também validar as ideias que já propostas.

Então, entre em nossa plataforma, dê sua contribuição. Os resultados serão apresentados para os vereadores e a Câmara Municipal.

transparência, legislativo;

Como podemos melhorar a Câmara Municipal?

comentários 2 votos 0 favoritos

Comentários

1 / 9

Provocador

Devolução de quantias milionárias ao final do ano não é sinônimo de economia e sim de falta de planejamento e gestão. O orçamento deveria ser adequado a realidade, sem superestimar os gastos.

É necessário **entrar** antes de votar ou enviar um comentário!